



ORÇAMENTO 2021 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIAMÃO: VISÃO GERAL DO PREVISTO E DA EXECUÇÃO DOS SEIS PRIMEIROS MESES

AUTOR(ES): Sérgio Roberto Kapron e Alessandra de Souza

SUMÁRIO EXECUTIVO:

A seção I introduz o tema do Orçamento Público e especificidades na pesquisa do Orçamento da Prefeitura Municipal de Viamão. A Seção II trata da Receita Orçamentária estimada para 2021 e de sua execução até junho. A seção III apresenta as Despesas orçadas para o ano e executadas no primeiro semestre. Uma Conclusão destaca alguns dos principais aspectos verificados.

PALAVRAS-CHAVE: Orçamento Público; Execução Orçamentária; Viamão.

I. Introdução

O processo de arrecadação e destino de recursos públicos constitui um dos mais importantes instrumentos da gestão pública: a política fiscal. Ao recolher (tributar) e destinar recursos monetários para sociedade, o Estado incide em diversos aspectos da vida. Este “recolher” e “destinar” não é neutro, não é uma soma zero. Altera a distribuição da renda e da riqueza social e promove alterações econômicas e sociais. Nos municípios, constitui-se em um dos principais instrumentos de política pública e econômica. A Prefeitura Municipal tem a faculdade de exercer funções redistributivas, alocativas, de promoção do bem-estar social e do desenvolvimento, seja com prestação de serviços públicos, infraestrutura, redistribuição da renda ou organização da vida urbana.

O Orçamento Anual é o documento que deve reunir a previsão de todas as Despesas e Receitas do setor público. Deve ser aprovado por Lei do Poder Legislativo, mediante projeto do Poder Executivo. Ao prever, constitui-se em instrumento de planejamento. Na sua execução, em instrumento de gestão. Ao ser finalizado, embasa o Balanço e demais registros contábeis. Nos termos da Lei Federal 4320/1964¹, que o instituiu, “A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.” Todos os entes federados (União, Estados e Municípios) e seus órgãos devem seguir a mesma estrutura, permitindo compatibilização e comparações. A vigência dos orçamentos segue o ano civil de 01/01 a 31/12 de cada ano. Cada ente federado deve ter sua própria Lei Orçamentária Anual (LOA).

Pelo princípio Constitucional da “publicidade”, a LOA e sua execução devem ser disponibilizadas à toda população, permitindo o conhecimento e a fiscalização do uso dos recursos públicos. Princípio reforçado pela Lei de Acesso à Informação² e iniciativas de “transparência”, facilitadas pela difusão de tecnologias de

1 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm#anexo Acesso em 04/08/2021.

2 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm Acesso em 04/08/2021.



informação. Até o fechamento desta Nota Técnica não obteve-se acesso a íntegra da LOA 2021 de Viamão³. Esta NT se justifica por ampliar a divulgação, as formas de acesso e de interpretação do Orçamento Público. Destarte, foram utilizadas informações disponibilizadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS)⁴ e pelo caminho indicado no Portal da Transparência de Viamão, que informam dados da execução do Orçamento⁵. Será analisado o Orçamento de 2021 da Prefeitura Municipal (excluídos os Orçamentos específicos da Câmara de Vereadores e do Instituto de Previdência Municipal), suas fontes de Receitas e na composição da Despesa, e sua execução no primeiro semestre.

II. Da Receita Orçamentária 2021

A Receita Total prevista para 2021 foi de R\$ 648.293.105,08, conforme observado nas planilhas de acompanhamento junto ao site do TCE-RS⁶. No entanto, este não é o valor efetivo. Ocorre que consta, também, um valor classificado como “Dedução - DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE”. Diante da ausência de nota explicativa, compreendeu-se que se trata de um ajuste nominal, devido a mudanças recentes na metodologia do Fundeb⁷. Neste, Viamão “aporta” recursos mas “recebe” um montante maior. O valor deduzido é apenas o ajuste contábil referente a “contribuição” (calculada como dedução de Receitas próprias), dado que o valor recebido, incluído nas Receitas de Transferências, já inclui o próprio aporte. Ou seja, a dedução é necessária para evitar dupla contagem. De forma que o valor efetivo da Receita Orçamentária, excluída a dedução Fundeb, foi de R\$ 600.270.498,70.

As fontes das receitas são especificadas na **Tabela 1**, divididas nos dois grandes grupos de Receitas Correntes e Receitas de Capital. Para melhor compreensão do peso relativo de cada Receita, a dedução, já referida, foi aplicada no item “Receitas Correntes/ Transferências de Outras Instituições Públicas”, que inclui a Receita Fundeb. Assim, procurou-se manter a arrecadação original nas respectivas fontes. São evidenciados dois níveis de abertura da Receita. Foram suprimidos subgrupos com uma única fonte, de forma a tornar a Tabela mais enxuta, sem repetições.

Para uma adequada leitura da Tabela 1, observe que ela tem seis colunas, sendo a primeira de Descrição dos itens que identificam cada linha. A segunda coluna são os valores Orçados em R\$, com um valor para cada item descrito nas linhas. A terceira coluna indica o % de cada valor da Orçado em relação ao Total da Receita. A quarta coluna mostra o valor em R\$ já arrecadado. A quinta, o respectivo % sobre o Total de cada valor da Receita Arrecadada. Por fim, a última coluna mostra o % de cada Receita Arrecadada em relação ao valor Orçado.

3 O Portal da Transparência (<https://www.viamao.rs.gov.br/portal/transparencia>) exibe a LOA de 2018; nossas solicitações à Prefeitura e à Câmara de Vereadores ainda não tiveram retorno.

4 <https://portalnovo.tce.rs.gov.br/informacoes-dos-fiscalizados> / Acesso em 04/08/2021.

5 <http://viamao-portais.govcloud.com.br:8082/pronimtb> / Acesso em 04/08/2021

6 <https://portal.tce.rs.gov.br/> Acesso em 12/08/2021

7 Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2021



TABELA 1 – Receita do Orçamento Da Prefeitura Municipal de Viamão - Prevista e Arrecadada - 2021 - R\$ e Participação % Total

Descrição	Receita Prevista (ano)		Receita Arrecadada (I semestre)		Receita Arrecada / Prevista
	R\$	%	R\$	%	%
RECEITA CORRENTE	501.226.170,69	83,50	240.628.763,44	99,89	48,0%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	116.469.658,11	19,40	46.781.903,76	19,42	40,2%
Impostos	105.480.826,49	17,57	39.322.678,43	16,32	37,3%
Taxas	10.728.080,20	1,79	7.369.875,39	3,06	68,7%
Contribuição de Melhoria	260.751,42	0,04	89.349,94	0,04	34,3%
Contribuições Iluminação Pública	5.418.412,00	0,90	1.951.895,03	0,81	36,0%
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	5.418.412,00	0,90	1.951.895,03	0,81	36,0%
Receita Patrimonial	3.771.709,58	0,63	937.543,90	0,39	24,9%
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.073,10	0,00	0,00	0,00	0,0%
Valores Mobiliários	3.702.671,48	0,62	937.543,90	0,39	25,3%
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	7.310,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Cessão de Direitos	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Demais Receitas Patrimoniais	59.655,00	0,01	0,00	0,00	0,0%
Receita de Serviços	1.683.801,66	0,28	44.735,87	0,02	2,7%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	341.132,00	0,06	44.735,87	0,02	13,1%
Serviços e Ativ. ref. a Navegação e ao Transp.	542.669,66	0,09	0,00	0,00	0,0%
Serviços e Atividades Referentes a Saúde	800.000,00	0,13	0,00	0,00	0,0%
Transferências Correntes	353.743.355,98	58,93	189.617.812,31	78,71	53,6%
Transferências da União e de suas Entidades	108.512.175,62	18,08	64.277.181,34	26,68	59,2%
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	127.721.786,74	21,28	70.439.579,93	29,24	55,2%
Transferências de Instituições Privadas	50.000,00	0,01	31.969,54	0,01	63,9%
Transferências de Outras Instit. Públicas (*)	115.559.393,62	19,25	54.811.417,44	22,75	47,4%
Transferências de Pessoas Físicas	1.900.000,00	0,32	57.664,06	0,02	3,0%
Outras Receitas Correntes	20.139.233,36	3,36	1.294.872,57	0,54	6,4%
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	715.819,86	0,12	42.541,88	0,02	5,9%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	17.710.478,00	2,95	666.027,33	0,28	3,8%
Demais Receitas Correntes	1.712.935,50	0,29	586.303,36	0,24	34,2%
RECEITA DE CAPITAL	99.044.328,01	16,50	277.035,74	0,11	0,3%
Operações de Crédito	58.652.578,00	9,77	0,00	0,00	0,0%
Operações de Crédito - Mercado Interno	58.652.578,00	9,77	0,00	0,00	0,0%
Alienação de Bens	100.000,00	0,02	1.010,95	0,0	1,0%
Alienações de Bens Imóveis	67.807,00	0,01	1.010,95	0,00	1,5%
Alienação de Bens Móveis	32.193,00	0,01	0,00	0,00	0,0%
Transferências de Capital	40.291.750,01	6,7	276.024,79	0,1	0,7%
Transferências da União e de suas Entidades	7.791.425,67	1,3	6,11	0,0	0,0%
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	7.961.400,39	1,3	276.018,68	0,1	3,5%
Transferências de Instituições Privadas	24.538.923,95	4,1	0,0	0,0	0,0%
TOTAL	600.270.498,70	100,0	240.905.799,18	100,0	40,1%
Dedução de Ajuste (*)	-48.022.606,38		-29.429.071,02		

(*) Deduzido, para ajuste contábil, nas Transf. Correntes/Transf. de Outras Instit. Públicas (Ajuste Fundeb)

Fonte: Portal da Transparência Viamão. Acesso: 14/08/2021



Composição da Receita Prevista

As Receitas Correntes (RC) representam 83,5% ou R\$ 501,2 milhões do total previsto. Já as Receitas de Capital (RK), oriundas de vendas de bens ou empréstimos, representam 16,5% equivalentes a R\$ 99 milhões. Nas RC, a maior fonte de Viamão são as Transferências Correntes. São os valores recebidos de outros entes da federação, que totalizam 58,9% da Receita Total. Os valores esperados do Governo Estadual equivalem a 21,3% e do Federal outros 18,1%. Já 19,3% são os valores recebidos via o Fundeb, ou seja, de transferência de outros municípios, estados e da União. As Transferências de Instituições privadas e pessoas físicas são cerca de 0,3%, apenas.

O segundo grupo mais significativo de receitas é o dos tributos municipais (Impostos, Taxas e Contribuições) que equivalem a 19,4% total das Receitas. Depois, o grupo geral de Outras Receitas equivale a 3,4%, Contribuições da Iluminação Pública 0,9%, a Receita Patrimonial, de rendimentos do uso do patrimônio municipal, 0,6% e a Receita de Serviços prestados 0,4%. Estas são as principais receitas próprias da municipalidade, que totalizam 24,7% do total.

Já as Receitas de Capital têm como principal grupo as Operações de Crédito, ou seja, os empréstimos esperados pelo município, que respondem por 9,8% do total. As Transferências previstas da União e do Estado são 1,3%, cada uma. E as do setor privado outros 4,1%. Por fim, há uma previsão de venda de bens municipais equivalente a menos de 0,1% da Receita total esperada para 2021.

Receita Arrecada - 1º semestre

As três últimas colunas da Tabela 1 evidenciam o que efetivamente entrou para os cofres municipais até 30/06/2021. Além de compreender os valores arrecadados, destaca-se a possibilidade de acompanhar a evolução mensal da arrecadação que, por sua vez, é um indicador da capacidade de execução da Despesa Orçamentária.

A primeira observação é que, nos primeiros seis meses, as Receitas de Capital foram ínfimas: R\$ 277 mil, que correspondem a apenas 0,1% do arrecadado. Ou seja, os R\$ 240,9 milhões arrecadados são basicamente de Receitas Correntes. Destes, 78,7% foram de Transferências Correntes. Ou seja, vindos de fora de Viamão. Destes, 29,2% vieram do Estado do RS, 26,7% do governo federal e 22,8% do Fundeb. Dentre as fontes próprias nas Receitas Correntes, os tributos representaram a maior parte, 19,4%. Já a Contribuição da Iluminação Pública, Receitas Patrimoniais e de Serviços, somaram 1,2%.

Em relação ao previsto para o ano, os seis primeiros meses efetivaram apenas 40% do total (sexta coluna da Tabela 1). Não espera-se uma relação direta entre valores e os meses, por conta de sazonalidades de receitas. Mas, considerando que arrecadações como do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e do IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, imposto estadual que compõem as Transferências Correntes) concentram-se mais no primeiro semestre, seria possível uma execução acima de 50%, ao menos nestes grupos. No entanto, a Receita de Impostos (próprios do município) alcançou apenas



37,3% do previsto para o ano. Já as Transferências Correntes provenientes do Estado alcançaram 55,2% (sendo que a maior parte desta é relativa ao ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Já as Transferências da União alcançaram 59,2%, cuja base principal são os Impostos Federais (IPI, IR, por exemplo). Os demais grupos, além de montantes pouco expressivos, também tiveram os menores percentuais de execução frente ao total Orçado.

III. Da Despesa Orçamentária

O outro lado do Orçamento Público é constituído pelas Despesas, onde são detalhados os destinos dos recursos. Mostraremos apenas a abertura por Grupos de Despesa (Tabela 2) e pelos Órgãos do Governo (Tabela 3). Diversos outros detalhamentos são possíveis, pois cada dotação de recurso é classificado também por Projeto, Programa, Função, Rubrica e Credor (pessoa física ou jurídica recebedora). Em tese, todas as classificações podem ser cruzadas. Os sistemas de consulta encontrados (Prefeitura e TCE-RS) trazem apenas algumas aberturas e com limitações de cruzamentos. Mas deixam possível alcançar detalhamentos de despesas individualizadas, que deixamos fora desta análise.

O total das Despesas Previstas apresenta divergência entre o demonstrado no site da Prefeitura e do site do TCE-RS: 597.815.340,00 e R\$ 597.489.568,74, respectivamente. Valores que também diferem da Receita. Atribuímos estas diferenças a não termos alcançado a LOA (Orçamento original) e a possíveis diferenças ou atualizações entre os registros dos dois sistemas consultados. Para evidenciar a abertura por Grupos de Despesa, utilizaremos a fonte da Prefeitura na Tabela 2. E, para demonstrar a Despesa por Órgãos de Governo, a fonte do TCE-RS na Tabela 3. Os dados serão analisados sobre os totais das Despesas através da fase Liquidada⁸, conforme a fonte encontrada.

A maior agregação da Despesa é dada por Grupos de Despesa, cujos mais agregados são as Correntes e de Capital. As primeiras respondem por 77,3% do total previsto, conforme a Tabela 2. Um valor simbólico de R\$ 6.000,00 abre uma dotação de Reserva Orçamentária. As Despesas Correntes são divididas entre o pagamento do Pessoal, relativo às remunerações dos servidores públicos, que respondem por 35,8%, por Juros e Encargos de financiamentos, que representam menos de 0,1%, e pelas Outras Despesas Correntes que, com 41,5% do total, deve dar conta de todo o custeio de compras, serviços e manutenções previstas pela Prefeitura. Já as Despesas de Capital totalizam 22,7% do previsto e são relativas a Investimentos em obras (17,9%) e através de Inversões Financeiras (0,5%), além de Amortizações de Dívidas contraídas (4,3%).

No executado até junho, verifica-se que a maior realização foi nas Despesas Correntes, com 40,8% do previsto. Enquanto somente 12,4% das Despesas de Capital foram realizadas. De forma que as primeiras responderam por 91,2% do total executado. Dentre os valores expressivos, as Despesas com Pessoal acompanharam o período do ano atingindo 50,7% do previsto, enquanto as Outras Despesas Correntes atingiram somente 32,3% do custeio total previsto. Já

⁸ A execução do Orçamento público tem três fases: Empenho, relativo ao comprometimento do recurso; Liquidação, de confirmação da execução do serviço ou entrega do produto ou obra; e, de Pagamento.



entre as Despesas de Capital, a maior execução foi na Amortização de Dívidas, com 52,1% do previsto, seguida das Inversões Financeiras com 34,4%. Já os Investimentos, em novas obras ou reformas, atingiram R\$ 2,3 milhões, valor que equivale a apenas 2,2% do previsto e a 1,1% do total executado.

TABELA 2 – Orçamento da Prefeitura Municipal de Viamão por Grupos de Despesas - Orçado Anual e Executado até Junho - 2020 - R\$ e %

Grupo de Despesa	Dotação Inicial	%	Liquidado até Junho	%	% Execução
DESPESAS CORRENTE	462.187.176,93	77,3	188.775.641,89	91,8	40,8
Pessoal e Encargos Sociais	214.243.014,27	35,8	108.668.021,42	52,9	50,7
Juros e Encargos da Dívida	100.000,00	0,0	40.416,70	0,0	40,4
Outras Despesas Correntes	247.844.162,66	41,5	80.067.203,77	39,0	32,3
DESPESAS DE CAPITAL	135.622.163,07	22,7	16.786.636,69	8,2	12,4
Investimentos	106.917.592,47	17,9	2.314.666,97	1,1	2,2
Inversões Financeiras	2.704.570,60	0,5	930.000,00	0,5	34,4
Amortização da Dívida	26.000.000,00	4,3	13.541.969,72	6,6	52,1
RESERVA DE CONTINGÊNCIA E RESERVA DO RPPS	6.000,00	0,0	0,00	0,00	0,00
Total	597.815.340,00	100,0	205.562.278,58	100,0	34,4

Fonte: <https://www.viamao.rs.gov.br/portal/transparencia>. Acesso: 16/08/2021. Elaboração Própria.

Na Tabela 3 são discriminados os valores previstos e executados para cada um dos órgãos administrativos que compõem a Prefeitura Municipal, notadamente, suas Secretarias. Em sua maioria, os nomes dos 16 órgãos (primeira coluna) já denotam o destino final dos recursos, conforme temáticas dos serviços públicos. Em cada órgão são evidenciadas suas Unidades Orçamentárias, cujas divisões especificam um pouco mais o destino dos recursos.

O detalhamento dos valores relativos a cada órgão pode ser compreendido pela mesma disposição da Tabela anterior. A segunda e a terceira colunas indicam os valores e participação % de cada órgão na Despesa total, conforme autorizado pela LDO. A terceira e quarta colunas mostram o valor e percentual de participação na despesa realizada até junho. E, por fim, na quinta coluna, constam os respectivos percentuais de execução em relação aos valores previstos para o ano.

A título de exemplos, observe-se que os órgãos com maior previsão orçamentária são a Secretaria da Educação, cujos R\$ 201,2 milhões representam 33,69% do total previsto, seguida da Secretaria da Saúde com R\$ 119,9 milhões e 20,08%. Dentre os menores valores temos a Procuradoria Geral com 0,37%, a Secretariada Cultura com 0,45% e a do Meio Ambiente com 0,77% do total.

Já na execução, até a metade do ano, Educação e Saúde mantém as maiores participações (38,9% e 23%), ambas com uma execução na casa dos 39% da previsão anual. Porém, os maiores percentuais executados ficaram com a Procuradoria Geral e a Secretaria de Administração, ambas com 45%, seguidas da Secretaria da Fazenda com 40%. Já as menores alocações, em relação ao



previsto, ficaram na Secretaria de Esporte e Lazer com 4,2% e na Secretaria Geral de Governo com 10%.

TABELA 3 – Despesas por Órgãos do Orçamento da Prefeitura Municipal de Viamão - 2021 - Executado (Liquidado) até Junho - R\$ e %

Descrição	Dotação Autorizada		Valor Liquidado até Junho		Liquidado / Autorizada
	R\$	%	R\$	%	%
GABINETE DO PREFEITO	2.702.000,00	0,45	602.585,79	0,29	22,3
Gabinete do Prefeito e Vice	2.702.000,00	0,45	602.585,79	0,29	22,3
PROCURADORIA GERAL	2.217.619,00	0,37	1.007.256,25	0,49	45,4
Procuradoria Geral do Município	2.217.619,00	0,37	1.007.256,25	0,49	45,4
SEC MUN DA CIDADANIA E ASSIST SOCIAL	27.323.299,34	4,57	8.326.554,78	4,05	30,5
Fundo de Assistência Social	25.969.616,07	4,35	8.294.575,66	4,04	31,9
Assistência - Atividade Meio	80.333,25	0,01	0,00	0,00	0,0
Fundo Mun. Da Criança e do Adolescente	1.273.350,02	0,21	31.979,12	0,02	2,5
SEC GERAL DE GOVERNO	31.950.695,24	5,35	3.276.072,83	1,59	10,3
Gab. Gestão e Rel. Institucionais	30.570.455,36	5,12	3.230.322,40	1,57	10,6
Div. Rel. Com., Comunic. Cap. Rec. E Cont. I	1.380.239,88	0,23	45.750,43	0,02	3,3
SEC MUN DA ADMINISTRAÇÃO	35.807.286,00	5,99	16.312.916,10	7,94	45,6
Gab. Proc, Almo, Comp, Arq, Pat e Prot	28.258.010,36	4,73	13.297.999,99	6,47	47,1
Divisão Recursos Humanos	6.070.000,00	1,02	2.496.022,64	1,21	41,1
Divisão dos Cemitérios	325.000,00	0,05	49.776,12	0,02	15,3
Departamento Vigilância Municipal	279.275,64	0,05	44.691,88	0,02	16,0
Divisão de Centro Proc. de Dados	875.000,00	0,15	424.425,47	0,21	48,5
SEC MUN DA FAZENDA	42.765.220,80	7,16	17.354.864,16	8,44	40,6
Gab. Sec. e Dir. da Fazenda	42.700.220,80	7,15	17.354.864,16	8,44	40,6
Divisão de Arrec. Contab. e Tesouraria	35.000,00	0,01	0,00	0,00	0,0
Divisão da Receita Mun. e Fiscalização	30.000,00	0,01	0,00	0,00	0,0
SEC MUN DA SAÚDE	119.976.964,06	20,08	47.599.929,11	23,16	39,7
Fundo Municipal da Saúde	119.976.964,06	20,08	47.599.929,11	23,16	39,7
SEC MUN DA EDUCAÇÃO	201.293.160,10	33,69	80.110.141,96	38,97	39,8
Gabinete do Sec. Educação	20.611.029,50	3,45	9.885.866,80	4,81	48,0
Divisão de Ensino	180.682.130,60	30,24	70.224.275,16	34,16	38,9
SEC MUN DE DESENV ECON IND COM E TUR	5.539.000,00	0,93	1.494.809,98	0,73	27,0
Gab Sec e Dir Geral da SMDE	4.115.000,00	0,69	1.494.809,98	0,73	36,3
Divisão de Indústria, Comércio e Turismo	1.424.000,00	0,24	0,00	0,00	0,0
SEC MUN DE OBRAS E SERVIÇOS	84.478.474,20	14,14	21.659.030,18	10,54	25,6
Gab. Sec. Diretoria e Rev de Processos	984.737,06	0,16	83.114,63	0,04	8,4
Divisão de Obras	83.493.737,14	13,97	21.575.915,55	10,50	25,8
SEC MUN DE CULTURA	2.661.126,00	0,45	539.961,01	0,26	20,3
Divisão de Cultura	2.463.206,77	0,41	539.961,01	0,26	21,9
Fundo Mun. da Cultura	197.919,23	0,03	0,00	0,00	0,0
SEC MUN DE TRANSP. E MANUT DA FROTA	11.674.378,00	1,95	2.469.416,08	1,20	21,2
Fundo Mun. de Trânsito e Transporte	11.674.378,00	1,95	2.469.416,08	1,20	21,2
SEC MUN DE AGRICULTURA E ABASTEC	9.518.156,00	1,59	1.965.303,35	0,96	20,6
Centro Administ. Regionais	1.834.049,74	0,31	338.175,31	0,16	18,4
SEC MUN DE MEIO AMBIENTE	4.604.508,00	0,77	1.339.311,12	0,65	29,1
Divisão de Meio Ambiente	4.604.508,00	0,77	1.339.311,12	0,65	29,1
SEC MUN DE ESPORTE E LAZER	8.928.856,00	1,49	374.206,30	0,18	4,2
Divisão de Esportes	8.928.856,00	1,49	374.206,30	0,18	4,2
SEC MUN DE PLAN URBAN E HABITAÇÃO	6.048.826,00	1,01	1.129.919,58	0,55	18,7
Divisão de Planejamento e Habitação	6.048.826,00	1,01	1.129.919,58	0,55	18,7
TOTAL	597.489.568,74	100,00	205.562.278,58	100,00	34,4

Fonte: <https://portalnovo.tce.rs.gov.br/informacoes-dos-fiscalizados/>. Acesso: 16/08/2021. Elaboração Própria



Conclusão

Esta Nota Técnica apresentou a estrutura básica do Orçamento da Prefeitura Municipal de Viamão para o ano de 2021, acompanhada da sua execução na primeira metade do ano. Dada a impossibilidade de encontrar a Lei Orçamentária publicizada, a análise se deu sobre demonstrativos de execução disponibilizados na internet pela Prefeitura e pelo Tribunal de Contas do RS. Com as duas fontes foi possível compor Tabelas com a Receita prevista e duas aberturas da Despesa. Outras aberturas estão disponíveis, mas sua exposição tornaria por demais extensas essa NT. Porém, nem todas as aberturas e cruzamentos foram encontrados, como, por exemplo, os Grupos de Despesa por Órgão. Foi necessária interpretação e ajuste na exposição da Receita, a fim de adequar, para melhor análise, a dedução relativa ao Fundeb. Desta parte, concluí-se ser possível e necessário um aperfeiçoamento dos sistemas de publicização e transparência para acompanhamento deste importante instrumento público. Sobretudo, da íntegra da Lei Orçamentária, elaborada pelo Poder Executivo e aprovada pelo Legislativo.

Quanto aos valores orçados e executados até junho, verificou-se que a Receita total foi estimada em R\$ 600,2 milhões, constituindo-se, na maior parte, de Transferências de outros entes federados. Deste total, 40,1% ou R\$ 240,9 milhões ingressaram nos cofres municipais na primeira metade do ano. Dos quais, 99,9% foram de Receitas Correntes e 78,8% de Transferências. A Receita efetivada foi maior que a Despesa em R\$ 35,4 milhões.

Já no lado da Despesa, houve uma previsão de R\$ 597,8 milhões, dos quais R\$ 205,5 milhões ou 34,4% foram executados até junho, pelo critério de Liquidação. Deste total, 77,3% foram previstos como Despesas Correntes, porém, na execução estas responderam por 91,8%. De forma que, por exemplo, os Investimentos, que foram estimados em 17,9% do Orçamento total anual, representaram apenas 1,1% da despesa executada.

Entre as despesas dos órgãos, verificaram-se disparidades. Algumas Secretarias atingiram 45% do previsto. Mas a maioria teve execuções bem inferiores, de até apenas 4%, como a Secretaria de Esportes e Lazer. Por fim, os três órgãos que mais realizaram o orçamento têm características de atividades meio, ou seja, de não prestação finalística de serviços à população.

Referências

1. BRASÍLIA. Lei 14.133 de 25 de Agosto de 2020. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.113-de-25-de-dezembro-de-2020-296390151> > Acesso em: 20 set. 2021
2. RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas do Estado do RS. Controle Social - Consulta Receitas e Despesas. Viamão, 2021. Disponível em <https://portal.tce.rs.gov.br/> . Acesso em 16 ago. 2021.
3. VIAMÃO. Prefeitura de Viamão - Portal da Transparência, 2021. Grupos de Despesas e Receitas. Disponível em: < <https://www.viamao.rs.gov.br/portal/transparencia> > Acesso em: 16 ago. 2021